

**Transmissora Matogrossense
de Energia S.A. - TME**

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A - TME
Cuiabá – MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. – TME (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (Reclassificado)
ATIVO			
CIRCULANTE			
		68.477	54.222
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.156	6.487
Contas a receber ativo financeiro	7	48.045	45.111
Outros ativos		4.276	2.624
NÃO CIRCULANTE			
		298.256	286.907
Títulos e valores mobiliários	6	9.711	8.578
Contas a receber ativo financeiro	7	288.375	278.151
Depósitos judiciais		170	178
TOTAL DO ATIVO		366.733	341.129
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		30.773	22.017
Empréstimos e financiamentos	8	12.865	7.710
Fornecedores		726	616
Partes relacionadas - Dividendos	15.2	9.836	9.348
Encargos regulatórios		1.140	1.175
Outros passivos		6.206	3.168
NÃO CIRCULANTE			
		159.481	154.238
Empréstimos e financiamentos	8	133.328	144.430
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	25.504	9.796
Outros passivos		649	12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		176.479	164.874
Capital social	11.1	97.794	97.794
Reservas de lucros		78.685	67.080
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		366.733	341.129

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	49.988	50.140
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados		(4.784)	(4.840)
Custo de infraestrutura		(414)	(260)
		<u>(5.198)</u>	<u>(5.100)</u>
LUCRO BRUTO		44.790	45.040
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(414)	(600)
Pessoal		(736)	(719)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(595)	(552)
		<u>(1.745)</u>	<u>(1.871)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		43.045	43.169
Despesas financeiras	13	(13.463)	(14.210)
Receitas financeiras	13	2.494	2.546
		<u>(10.969)</u>	<u>(11.664)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		32.076	31.505
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.150)	(2.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(15.708)	(451)
		<u>(16.858)</u>	<u>(2.635)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.218	28.870
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$		0,15561	0,29521
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		97.794	97.794

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.218	28.870
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>15.218</u>	<u>28.870</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2013		97.794	2.910	-	1.143	40.380	-	142.227
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	28.870	28.870
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	1.443	-	-	-	(1.443)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	21.204	(21.204)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(6.223)	(6.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		97.794	4.353	-	1.143	61.584	-	164.874
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	15.218	15.218
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	11.2	-	762	-	-	-	(762)	-
Reserva de lucros	11.2	-	-	-	-	8.143	(8.143)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.2	-	-	-	-	-	(3.613)	(3.613)
Reserva de incentivos fiscais		-	-	2.700	-	-	(2.700)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		97.794	5.115	2.700	1.143	69.727	-	176.479

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis .

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	32.076	31.505
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	13.410	14.032
Receita de aplicações financeiras	(1.133)	(868)
Descontos financeiros obtidos	(69)	(1.157)
	44.284	43.512
(Aumento) no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(13.333)	(13.398)
Outros ativos	(1.644)	(1.694)
	(14.977)	(15.092)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	179	(1.920)
Encargos regulatórios	(105)	(74)
Outros passivos	2.483	(3.683)
	2.557	(5.677)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	31.864	22.743
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários (aplicações financeiras)	-	1.197
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	-	(458)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	739
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(3.125)	(3.000)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(19.070)	(19.037)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(22.195)	(22.037)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	9.669	1.445
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	6.487	5.042
Saldo no final do exercício	16.156	6.487
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	9.669	1.445
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	121	577
Pagamento de imposto de renda	215	1.163

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações Gerais

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 – parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 023/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e término na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso, pela Subestação Jauru em 500/230 kV – 750 MVA.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.918 de 23 de junho de 2015 é de R\$ 38.402 para o ciclo de 2015/2016. Para o ciclo de 2014/2015 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 37.826 para a Companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 05 de fevereiro de 2016.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.5 Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando melhorar a comparabilidade das informações apresentadas, a Companhia efetuou a reclassificação da rubrica Concessionárias e permissionárias, no montante de R\$ 4.971, para a rubrica Contas a receber ativo financeiro, totalizando R\$ 45.111. Já no ativo não circulante essa reclassificação foi no montante de R\$ 60, totalizando R\$ 278.151.

Nas demonstrações dos resultados o montante de R\$ 131 referente a Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico foi reclassificado da rubrica Custos dos serviços prestados para a rubrica Receita operacional líquida, devido a alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Contas a receber ativo financeiro

A Companhia classifica os saldos de contas a receber ativo financeiro como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015 a administração avaliou não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.1.5 Baixa de ativo financeiro de concessão

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.1.6 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Tributação

3.5.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 3,00%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro real.

3.5.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgada na data do balanço.

3.6 Taxas regulamentares

3.6.1 Reserva Global de Reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.6.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.6.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.8 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

3.9.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos

de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do exercício. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.9.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.9.3 Receita de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.9.4 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	10	92
Certificados de depósitos bancários	16.146	6.395
	16.156	6.487

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 91,57% do CDI em 31 de dezembro de 2015, comparado a 98,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 9.711 (R\$ 8.578 em 31 de dezembro de 2014), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e

foram remuneradas em média a 98,00% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

7 Contas a receber ativo financeiro

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	303.570
Receita de operação e manutenção (nota 12)	6.835
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	45.799
Receita de infra-estrutura (nota 12)	260
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(33.202)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	323.262
Saldo em 31 de dezembro de 2014	323.262
Receita de operação e manutenção (nota 12)	6.713
Remuneração do ativo de concessão (nota 12)	48.591
Receita de infra-estrutura (nota 12)	414
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(42.560)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	336.420
Contas a receber ativo financeiro - circulante	48.045
Contas a receber ativo financeiro - não-circulante	288.375
	336.420

8 Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos, financiamentos, e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2015	31/12/2014	Principal	Custo a amortizar	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/2029	Juros 10,00%	1.264	5.128	-	6.392	1.263	74.872	-	74.872	80.000
BNDES (II)	15/05/2026	TJLP + 3,60%	266	6.258	(51)	6.473	6.447	58.931	(475)	58.456	64.430
			1.530	11.386	(51)	12.865	7.710	133.803	(475)	133.328	144.430

- (I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011 e com vencimento para 01 de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.
- (II) Em fevereiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, liberado em 15 de maio de 2012 e com vencimento em 15 de maio de 2026. Está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a., e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. Este contrato possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, os quais a Administração da Companhia mantém o

acompanhamento. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2015 os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

- b. Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, incluindo os encargos, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Banco do Brasil - FCO	6.154	6.154	6.154	6.154	6.154	44.102	74.872
BNDES	6.258	6.258	6.258	6.258	6.258	27.641	58.931
BNDES - custo de captação	(51)	(51)	(51)	(51)	(51)	(220)	(475)
	<u>12.361</u>	<u>12.361</u>	<u>12.361</u>	<u>12.361</u>	<u>12.361</u>	<u>71.523</u>	<u>133.328</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 – contratos de concessão. Até o exercício fiscal de 2014 a Companhia foi optante pelo regime de tributação lucro presumido e a partir do ano calendário de 2015 passou a optar pelo lucro real com o incentivo fiscal da SUDAM, correspondente à redução de imposto de renda equivalente a 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração. Os cálculos projetados da provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos foram realizados considerando essa mesma premissa, onde a usufruição do benefício se dará nos próximos 9 anos de concessão, e no restante do período até o final da concessão foi utilizado a premissa do cálculo com a alíquota nominal de 25% para imposto de renda.

Além da premissa descrita acima, a Companhia também efetuou os ajustes decorrentes da adoção da Lei 12.973 e IN 1515 e projetou o cálculo do art. 69, conforme previsto na legislação.

Os registros contábeis foram efetuados em contrapartida nas contas de resultado conforme demonstrado na nota explicativa n. 14.

	Inciso I - Resultado tributável acumulado conforme prática antiga	Inciso II - resultado tributável acumulado conforme Lei 12.973	Diferença a tributar
a) Composição dos tributos por exercício			
Exercício findo em 2010	126	1.403	1.277
Exercício findo em 2011	(2.267)	14.523	16.790
Exercício findo em 2012	(528)	19.035	19.563
Exercício findo em 2013	10.521	28.276	17.755
Exercício findo em 2014	9.849	31.505	21.656
Exercício findo em 2015	13.462	32.074	18.612
	<u>31.163</u>	<u>126.816</u>	<u>95.653</u>
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	
b) Base de cálculo	95.653	95.653	
Imposto diferido - base de cálculo (1)	58.224	95.653	
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	37.429	-	
Alíquota efetiva (1)	25%	9%	
Alíquota incentivada	6%	0%	
Total tributo alíquota efetiva (1)	14.556	8.609	23.165
Total tributo alíquota incentivada	2.339	-	2.339
Total IRPJ e CSLL diferido	16.895	8.609	25.504

1. Art. 69. No caso de contrato de concessão de serviços públicos, o contribuinte deverá:

I - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, considerados os métodos e critérios vigentes em 31 de dezembro de 2007;

II - calcular o resultado tributável acumulado até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75, ou até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, consideradas as disposições desta Lei e da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

- a. As diferenças a tributar referem-se principalmente as seguintes naturezas:

	Remuneração do ativo financeiro	Provisão de contingências	Diferença a tributar
Composição das naturezas do IRPJ e CSLL diferido	95.470	183	95.653

- b. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Presumido			Lucro Real	
	2013	Adições	2014	Adições	2015
Imposto de renda diferido	6.068	293	6.361	10.534	16.895
Contribuição social diferida	3.277	158	3.435	5.174	8.609
	9.345	451	9.796	15.708	25.504

10 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Município de Jauru, visando a exigência de créditos tributários de ISS. Com base na opinião dos assessores jurídicos esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 1.217.

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 97.794, composto por 97.794 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	44.985.051	46,00	44.985.051	46,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	47.918.859	49,00	47.918.859	49,00
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	4.889.680	5,00	4.889.680	5,00
Total das ações	97.793.590	100,00	97.793.590	100,00

11.2 Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	15.218	28.870
Constituição de reserva legal (5%)	(762)	(1.443)
Subtotal	14.456	27.427
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.613)	(6.223)
Reserva de lucros	(8.143)	(21.204)
Reserva de incentivos fiscais	(2.700)	-
Saldo de lucros acumulados	-	-

12 Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Receita operacional bruta</u>	55.718	52.894
Receita de transmissão de energia	6.713	6.835
Remuneração do ativo de concessão	48.591	45.799
Receita de infra-estrutura	414	260
<u>Deduções da receita operacional</u>	(5.730)	(2.754)
Programa de Integração Social - PIS	(731)	(230)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.366)	(1.062)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.096)	(976)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(368)	(355)
Taxa de fiscalização	(169)	(131)
Receita operacional líquida	49.988	50.140

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Receitas financeiras</u>	2.494	2.546
Receita de aplicações financeiras	2.355	1.379
Outros	139	1.167
<u>Despesas financeiras</u>	(13.463)	(14.210)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(12.883)	(14.005)
Outros	(580)	(205)
Total líquido	(10.969)	(11.664)

14 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
	lucro real		lucro presumido	
Receita de transmissão	-	-	40.083	40.083
Alíquota de presunção de lucro	-	-	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	-	-	3.207	4.810
Receita financeira	-	-	2.546	2.546
	-	-	5.753	7.356
Lucro societário antes do IR e CS	32.076	32.076	-	-
(+) Adições/Exclusões	(16.344)	(16.344)	-	-
Compensação de prejuízo fiscal - 30%	(2.267)	(2.267)	-	-
Base de cálculo	13.465	13.465	-	-
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(3.342)	(1.212)	(1.493)	(691)
Reversão de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	705	256	-	-
Art. 69 Lei 12.973	(189)	(68)	-	-
Incentivo fiscal SUDAM	2.700	-	-	-
Total dos tributos correntes - lucro real	(126)	(1.024)	-	-

15 Partes relacionadas

15.1 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a remuneração da alta administração foi de R\$ 595 e R\$ 553, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

15.2 Dividendos

A Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, descritos na nota explicativa 11.2, totalizando R\$ 9.836.

16 Instrumentos financeiros

16.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

16.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas, sendo as mesmas classificadas por meio de resultado.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como empréstimos e recebíveis e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

16.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

16.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

16.4.1 Risco de crédito

- a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

16.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

16.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

16.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJPL.

16.4.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

Lucilene Silva
Contadora – CRC 289.421-O-1-S-MT

Enio Luigi Nucci
Diretor Administrativo Financeiro